

Defesa do FCDF amplia apoio no Congresso

Ibaneis amplia apoio no Congresso

No mesmo dia em que o governador do DF se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, ele aproveitou para conversar com lideranças de partidos. Arthur Lira vai escolher um parlamentar com perfil técnico para a relatoria da matéria

• ARTHUR DE SOUZA
• CAMILA CURADO

A luta pela manutenção das regras atuais do cálculo de reajuste do Fundo Constitucional (FCDF) ganhou mais apoio. Ontem, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), esteve na Câmara dos Deputados e anunciou que três partidos (MDB, Republicanos e PL) devem fechar questão, opondo-se a qualquer alteração no repasse da União ao governo local.

Segundo o chefe do Executivo local, a ideia é que, até o fim desta semana, pelo menos todos os partidos de centro-direita estejam ao seu lado na batalha. "Queremos ter as declarações dos presidentes e dos líderes (dos partidos) para que a gente possa ter um pouco mais de tranquilidade", comentou. Ibaneis ressaltou que será um "trabalho árduo" e que será necessária a união de todas as bancadas.

O governador também se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) para tratar sobre o FCDF. O encontro teve participação de senadores, de deputados federais e distritais, em torno do objetivo comum de defender os recursos para Brasília. Ibaneis disse que saiu do encontro "muito otimista" e que está confiante em uma nova vitória no Congresso.

Arthur Lira vai optar por um deputado com perfil técnico-orçamentário. "Alguém que entenda, discuta e consiga encontrar os encaminhamentos", afirmou o presidente da Câmara, na reunião.

"Para nós, isso é muito importante, pois poderemos demonstrar quais serão os impactos na vida da população brasileira", comemorou o governador.

O presidente da Câmara também afirmou que é vital o "tour" que o governador Ibaneis Rocha está fazendo no Congresso — visitas às bancadas, às presidências dos partidos e os encontros individuais — e avaliou que o melhor é focar no colegio de líderes.

Diálogo

Questionado se, durante a reunião, houve uma sinalização de retirar o item sobre o FCDF, Ibaneis disse que a liderança do governo na Câmara vai ter que analisar se é melhor retirar ou sofrer uma nova derrota no Congresso. "A gente espera que seja um diálogo aberto



O governador do Distrito Federal se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira, acompanhado de senadores, deputados federais e distritais

Estamos fazendo um movimento importante e que tem apresentado resultados. Várias lideranças têm se colocado a favor de Brasília"

Erika Kokay (PT), deputada federal

Assim como no ano passado, tenho convicção de que conseguiremos sensibilizar os colegas parlamentares"

Leila Barros (PDT), senadora

isso é um encargo dos parlamentares do PT, como é o caso da deputada Erika Kokay. Ela precisa ter esse diálogo, para que o governo analise a possibilidade da retirada", observou.

Ao Corréio, a vice-governadora do DF, Celina Leão (PP), afirmou que Lira sabe da importância do Fundo Constitucional para o DF, lembrando que o tema foi discutido no ano passado. "Estamos confiantes em dialogar com deputados e senadores para explicar a relevância do FCDF e o que ele representa para o Distrito Federal", comentou.

União

Outros parlamentares do DF também participaram da reunião, como a deputada Bia Kicis (PL). A parlamentar afirmou que foi uma boa reunião. "Colocamos as nossas preocupações com relação a essa mudança proposta do Fundo Constitucional, que gera muita insegurança jurídica para o DF", pontuou. "A forma de correção atual é feita para garantir a prestação dos serviços, que se difere dos demais. É para pagamento de

despesas para a própria existência da capital", explicou.

Erika Kokay (PT) também esteve no encontro e disse que foi uma oportunidade de mostrar que a bancada no DF está unida. "Estamos fazendo um movimento importante e que tem apresentado resultados. Várias lideranças têm se colocado a favor de Brasília. Essa unidade é absolutamente fundamental. Todos os parlamentares do DF estão lutando juntos", afirmou. "Temos que continuar o processo de convencimento, para que possamos derrotar essa proposição", acrescentou a parlamentar.

A senadora Leila Barros (PDT) foi outra que participou da reunião. A reportagem, ela comentou sobre as articulações com as lideranças do Senado. "Conversei com o presidente Rodrigo Pacheco e algumas lideranças partidárias para destacar os riscos que uma alteração na base de cálculo do Fundo Constitucional traria para os brasileiros e para a União", revelou. "Assim como no ano passado, tenho convicção de que conseguiremos sensibilizar os colegas parlamentares", garantiu.

Urgência na tramitação

Na sessão deliberativa de ontem da Câmara dos Deputados, os parlamentares aprovaram o requerimento para que o Projeto de Lei (PL) 4614/2024 — que quer alterar a forma de cálculo do reajuste do Fundo Constitucional — seja apreciado em regime de urgência. Dos 423 deputados presentes, 267 votaram a favor e 156 contra. A ideia do governo federal é acelerar a tramitação do projeto na Casa. Na prática, com a aprovação do requerimento, o PL não precisará passar pelas comissões e irá direto para o plenário da Câmara.

Três perguntas para...

IBANEIS ROCHA, GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

No ano passado, houve uma batalha pelo FCDF e o fundo foi mantido. Acredita que será mais difícil, desta vez?

Acho que será mais fácil, posto que os deputados e senadores que votaram há um ano e três meses atrás são os mesmos e não exige mudança na questão estrutural.

Por que o senhor decidiu participar mais ativamente das articulações?

Não posso deixar as questões eleitorais prevalecerem. Como não posso mais

concorrer ao governo do Distrito Federal em 2026, não quero contaminar a discussão. Se deixasse a Colina, neste momento, assumir a articulação, poderia criar um conflito.

Pretende fazer uma reunião com parlamentares e ex-gestores do DF, assim como da primeira vez?

Sim, em um momento seguinte. Estou orquestrando esse encontro para mostrar que estamos totalmente unidos em defesa do Fundo Constitucional.

Polícia Civil protesta contra mudanças no FCDF

• PABLO GIOVANNI

Representantes dos sindicatos dos policiais e delegados da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) promoveram um ato, ontem, em frente ao complexo da corporação, para manifestar rejeição à proposta do governo federal que prevê mudanças no cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Para a presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal (Sindepol), Cláudia Alcântara, a medida trará prejuízos significativos ao Distrito Federal.

"É a segunda vez que tentam retirar o Fundo Constitucional. Estamos falando de uma cidade com três milhões de habitantes, e nós exercemos com excelência o trabalho de combate ao crime organizado e de proteção à capital federal. Contudo, se cortarem o fundo, como propõe o texto em tramitação no Congresso, haverá um impacto amplo em todo o governo do DF", afirmou a sindicalista.

Cláudia alertou ainda sobre uma das principais consequências de um eventual corte nos recursos. "O crime organizado tende a se expandir, e se o Estado



Representantes dos policiais civis, delegados, agentes policiais de custódia e peritos papiloscopistas estiveram na manifestação

regredir, estaremos permitindo a entrada de facções na nossa capital, algo que ainda não ocorreu, graças ao comprometimento das nossas polícias", destacou.

Papel estratégico

O vice-presidente da Confederação Brasileira dos Policiais Civis (Cobrapol), Giancarlo

Miranda, reforçou a importância da manutenção do FCDF nos moldes atuais, calculado pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL). "O fundo é essencial para garantir a segurança de Brasília, uma capital que acolhe representantes de todos os entes federativos, missões diplomáticas e o corpo político nacional", elencou.

"A Polícia Civil do DF, sustentada por esse recurso, desempenha um papel estratégico na manutenção da ordem e na proteção de instituições fundamentais do país. Preservar o FCDF é assegurar a continuidade de um modelo de segurança pública exemplar, que beneficia não apenas os quadros do DF, mas toda a República", concluiu Miranda.

Menos policiais

O presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis (Sinpoc), Enoque Venâncio, compartilhou a preocupação. Ele ressaltou que, além da Polícia Civil, outras forças de segurança também encaram com apreensão a proposta do governo federal, que já foi debatida no Congresso no ano passado (veja entrevista na página 16).

"O novo cálculo proposto pelo governo federal acarretará em menos receita e menos recursos, o que resultará em menos policiais civis nas ruas, agravando o déficit atual. É crucial que os congressistas compreendam que aqui é a sede dos Três Poderes. Essa proposta não pode prosperar", advertiu Venâncio.

Defasagem

Além dos três sindicatos, também estiveram presentes na manifestação representantes da Associação dos Agentes Policiais de Custódia (AAPC); da Associação dos Delegados de Polícia (Adepol); da Associação Brasileira dos Peritos Papiloscopistas (Asbrapp); da Associação Brasileira de Peritos em Criminalística (ABPC); e da Associação Brasileira de Medicina Legal (ABRML).

Atualmente, a Polícia Civil conta com 4.670 integrantes, entre delegados, agentes, agentes de custódia, escrivães, papiloscopistas, peritos médico-legistas e peritos criminais. O dado inclui 792 policiais nomeados no início de novembro pelo GDE.

Existe uma defasagem de 4.276 servidores, de acordo com o Departamento de Gestão de Pessoas da PCDF.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades **Página:** 15